



Pierre de Fermat
editora

Caderno

4

Ensino Médio
1ª Série

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
Matemática e suas Tecnologias



Pierre de Fermat
editora

 **interativo**
CURSO E COLÉGIO



Pierre de Fermat
editora

2ª Série do Ensino Médio Caderno 3

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
Matemática e suas Tecnologias

 **interativo**
CURSO E COLÉGIO



9 788520 130049

A vírgula e sentido

Como o emprego da vírgula está relacionado com motivos de ordem sintática, a presença ou ausência desse sinal pode alterar o sentido da frase como em:

- I- Esse juiz é corrupto.
- II- Esse, juiz, é corrupto.

Em I, temos o sujeito “esse juiz” e o predicado “é corrupto”, já em II, “juiz” é um vocativo, por isso vem entre vírgulas, sendo assim, a pessoa conversa com o juiz, apontando que outra pessoa é corrupta e não o juiz, como em I.

É preciso ficar atento ao sentido da frase para não cometermos equívocos ao redigir. Veja os exemplos a seguir:

- I- O advogado do cantor, Pedro Silva, requereu no Supremo Tribunal de Justiça a anulação da prisão temporária de seu cliente.
- II- O advogado do cantor Pedro Silva requereu ontem no Supremo Tribunal de Justiça a anulação da prisão temporária de seu cliente.

No primeiro exemplo, a presença das vírgulas indica que o nome do advogado do cantor é Pedro Silva e o nome do cantor é desconhecido por nós. No entanto, no segundo exemplo, a ausência das vírgulas indica que Pedro Silva é o nome do cantor, ou seja, neste caso, o nome do advogado é desconhecido por nós.

Leia a campanha publicitária da Associação Brasileira de Imprensa em que o uso da vírgula foi explorado de maneira criativa. Veja como a presença da vírgula altera o sentido das frases:

É relevante que você saiba que, no período simples, a vírgula marca inversões, intercalações, acréscimos (aposto e vocativo), elipse do verbo e enumeração.

A vírgula no período simples

1) nas inversões

- a) Nesta semana, ação policial matou 13 moradores no Rio.

Adjunto adverbial invertido

- b) Ao pai, disse-lhe poucas palavras.
Objeto pleonástico (no caso - Objeto indireto)
- c) O homem, neurótico, sacou a arma.

Predicativo do sujeito invertido

2) nas intercalações

- a) As alunas se dedicaram ao projeto, ele, porém, não quis se comprometer. Conjunção intercalada

- b) A sua atitude, isto é, o seu comportamento merece elogios. Expressão explicativa intercalada

3) nos acréscimos (Vocativo e Aposto)

- a) Participação política, cidadãos, é o caminho.
Vocativo

- b) Valdemar C. Neto, deputado envolvido no esquema do Mensalão, conseguiu se reeleger. Aposto

4) na elipse do verbo

Eu trabalho com fatos; vocês, com boatos.

Elipse do verbo - “vocês trabalham com boatos”

5) nas enumerações

Aquela paisagem nos despertava confiança, tranquilidade, calma.
Enumeração

AULA 39

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E AÉREO

Transporte Aquaviário

O transporte feito pelo meio aquático através de rios (hidroviário), lagos (lacustre) e mares e oceanos (marítimo) é um tipo de transporte utilizado desde tempos remotos pelas sociedades, com a utilização de embarcações simples. A partir do Renascimento, com a criação de novas rotas comerciais, as embarcações se desenvolveram e contribuíram para a expansão comercial europeia que viria a seguir. Atualmente, grandes embarcações circulam em rios, lagos e mares, principalmente para o transporte de cargas, mas guardam significativa importância turística, muito em função dos cruzeiros marítimos.

A grande vantagem dessa modalidade de transporte se refere à sua capacidade de carga, muito maior do que qualquer outra modalidade. Soma-se a isso, o fato de possuir um custo de transporte relativamente baixo, quando se verifica a relação entre carga transportada, distância percorrida e combustível gasto. Ideal principalmente para o transporte de matérias-primas, como minérios e gêneros agrícolas, o transporte aquaviário encontra obstáculos no que diz respeito à sua flexibilidade, principalmente no caso da navegação fluvial.



(Retirado de <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/numeros-o-custo-brasil-e-um-espanto/>. Acesso em 15/08/2013)

Navio contêiner usado para o transporte internacional de mercadorias.

O transporte hidroviário precisa de condições específicas para se desenvolver. Preferencialmente, desenvolve-se melhor em rios de planície com baixo desnível, sendo muitas vezes preciso aprofundar seu canal para viabilizar a navegação. Em casos de rios planálticos, com quedas d'água, a construção de eclusas se faz necessária, tornando ao menos parte dele navegável.

No Brasil, em função do predomínio de rios de planaltos e da preferência governamental pelos investimentos na malha rodoviária, poucos rios são aproveitados como vias de transportes. Os rios Amazonas e Paraguai, localizados em áreas de planície, são naturalmente navegáveis, configurando grande importância econômica em escala regional e nacional. Outros rios, como o Tietê, Paraná e São Francisco são parcialmente navegáveis em função da construção de canais e eclusas, fazendo com que contribuam para o escoamento de mercadorias agrícolas, principalmente.



(Retirado de <http://www.istoqui.com.br/2011/12/manutencao-em-eclusa-de-barra-bonita/>. Acesso em 15/08/2013)

Eclusa no rio Tietê em Barra Bonita (SP), parte da hidrovía Tietê-Paraná.

Quanto ao transporte marítimo, seu desenvolvimento requer o investimento em infraestrutura portuária. Apesar de elevado, esse tipo de investimento é de vital importância para o sucesso comercial de um país, pois contribui para suas exportações, bem como suas importações. Uma boa infraestrutura portuária, ligada ao sistema rodoviário e ferroviário, cria o que é conhecido como corredor de exportação, barateando o escoamento da produção econômica e tornando o produto mais competitivo no cenário global.



(Retirado de <http://notapajos.globo.com/lemoticias.asp?id=53049>. Acesso em 15/08/2013)

Principais portos brasileiros, com destaque para o de Santos, com maior volume de trocas comerciais.

A situação brasileira nesse sentido é dramática. Em função do número reduzido de portos diante do acelerado ritmo de crescimento econômico, filas quilométricas são formadas em períodos de grande produção. O custo do produto brasileiro tende a encarecer em função dessa precária infraestrutura de transporte, problema esse denominado "Custo Brasil". Os principais portos brasileiros encontram-se defasados quanto

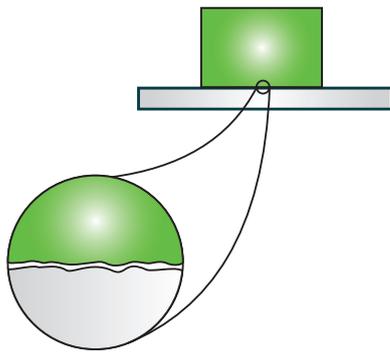
AULA 31

FORÇA DE ATRITO (II)

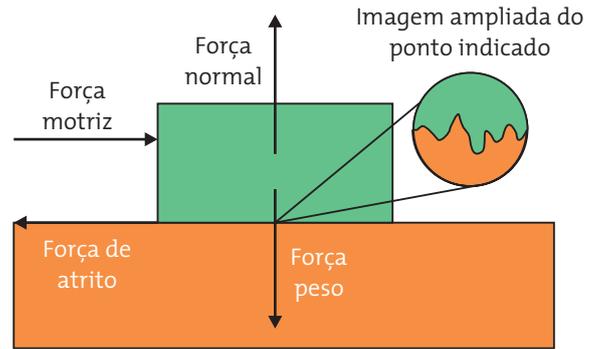
Força de Atrito

É a componente da força de contato que atua paralelamente à superfície.

Esta força impede, ou dificulta, o deslizamento entre duas superfícies.



Observação 2:



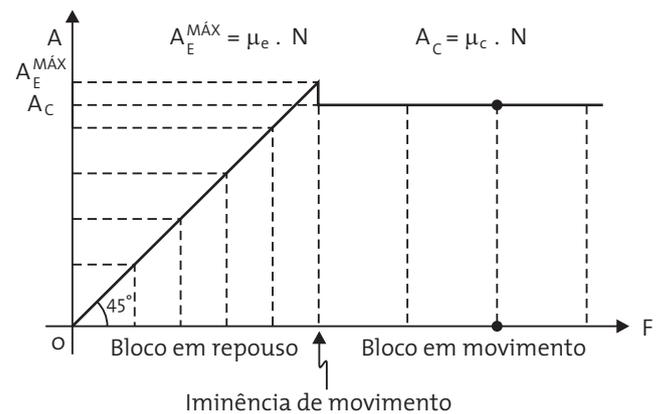
(I) Força de Atrito Estático (A_E):

$$0 \leq A_E \leq A_E^{MÁX}$$

$$A_E^{MÁX} = \mu_E \cdot N$$

(II) Força de Atrito Cinético (A_C):

$$A_C = \mu_C \cdot N = \text{constante}$$



Observação 1:

| | |
|-------------------|--|
| μ_E e μ_C | coeficientes de atrito estático e cinético |
| | dependem das superfícies em contato |
| | são adimensionais |



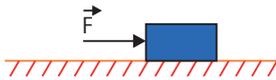
EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

1. Como é chamada a componente da força de contato que é paralela à superfície de contato?
2. Como atua a força de atrito?
3. Quais os tipos de atrito?
4. A força de atrito estático possui um valor constante?
5. De que depende o máximo valor assumido pela força de atrito estático?
6. De que depende o valor da força de atrito cinético?

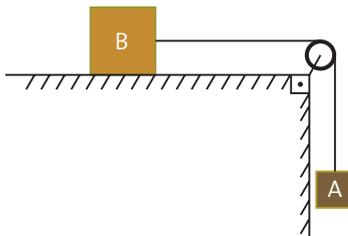


TAREFA OBRIGATÓRIA

1. Um corpo de massa 5 kg repousa sobre uma mesa horizontal, áspera, com coeficiente de atrito estático $\mu_E = 0,8$. Num determinado instante, aplica-se sobre este corpo uma força horizontal de 30 N como mostra a figura.



- a) Este corpo entrará em movimento ou permanecerá em repouso? Justifique.
 - b) Nestas circunstâncias, qual a intensidade da força de atrito que atua neste corpo?
2. (UEL) No sistema representado a seguir, o corpo A, de massa 3,0 kg, está em movimento uniforme. A massa do corpo B é de 10 kg. Adote $g = 10 \text{ m/s}^2$.



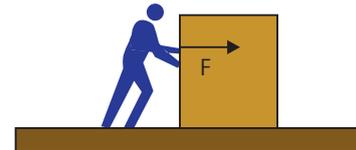
Com as informações disponíveis, calcule o coeficiente de atrito dinâmico entre o corpo B e o plano sobre o qual se apoia.

3. (Unesp) Um bloco de madeira de 3,0 kg, puxado por um fio ao qual se aplica uma força de 14 N que atua paralelamente à superfície plana e horizontal sobre a qual o bloco se apoia, apresenta uma aceleração de $3,0 \text{ m/s}^2$. Este resultado pode ser explicado se for admitido que também atua no bloco uma força de atrito cinético, calcule a intensidade, em newtons, desta força.



EXERCÍCIOS DE VESTIBULARES

1. (PUC) Um estudante empurra um armário, provocando o seu deslizamento sobre um plano horizontal, ao mesmo tempo em que o armário interage com o plano por meio de uma força de atrito cinético. Essa força de atrito mantém-se constante enquanto o armário é empurrado e o efeito da resistência do ar é desprezado. No instante representado na figura, a força \vec{F} exercida pelo estudante tem módulo ligeiramente superior ao módulo da força de atrito entre o armário e o plano.

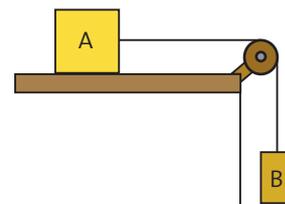


Se o módulo da força \vec{F} permanecer inalterado, o módulo da velocidade do armário _____; se o módulo de \vec{F} diminuir, mas permanecer ainda superior ao módulo da força de atrito, o módulo da velocidade do armário, nos instantes subsequentes, _____; se o módulo de \vec{F} diminuir até tornar-se igual ao módulo da força de atrito, o módulo da velocidade do armário, nos instantes subsequentes, _____.

A sequência correta de preenchimento das lacunas acima é:

- a) permanecerá constante – permanecerá constante – permanecerá constante
- b) aumentará – aumentará – permanecerá constante
- c) aumentará – permanecerá constante – diminuirá
- d) permanecerá constante – diminuirá – atingirá o valor zero
- e) aumentará – diminuirá – atingirá o valor zero

2. (Unifesp) A figura representa um bloco B de massa m_B apoiado sobre um plano horizontal e um bloco A de massa m_A a ele pendurado. O conjunto não se movimenta por causa do atrito entre o bloco B e o plano, cujo coeficiente de atrito estático é μ_B .



Não leve em conta a massa do fio, considerado inextensível, nem o atrito no eixo da roldana. Sendo g o módulo da aceleração da gravidade local, pode-se afirmar que o módulo da força de atrito estático entre o bloco B e o plano:

- a) é igual ao módulo do peso do bloco A.
- b) não tem relação alguma com o módulo do peso do bloco A.
- c) é igual ao produto $m_B \cdot g \cdot \mu_B$, mesmo que esse valor seja maior que o módulo do peso de A.
- d) é igual ao produto $m_B \cdot g \cdot \mu_B$, desde que esse valor seja menor que o módulo do peso de A.
- e) é igual ao módulo do peso do bloco B.

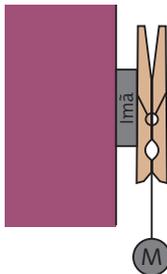
4. (Unifesp) Em um salto de paraquedismo, identificam-se duas fases no movimento de queda do paraquedista. Nos primeiros instantes do movimento, ele é acelerado. Mas devido à força de resistência do ar, o seu movimento passa rapidamente a ser uniforme com velocidade v_p , com o paraquedista ainda fechado. A segunda fase tem início no momento em que o paraquedas é aberto. Rapidamente, ele entra novamente em um regime de movimento uniforme, com veloci-

dade v_2 . Supondo que a densidade do ar é constante, a força de resistência do ar sobre um corpo é proporcional à área sobre a qual atua a força e ao quadrado de sua velocidade. Se a área efetiva aumenta 100 vezes no momento em que o paraquedas se abre, pode-se afirmar que:



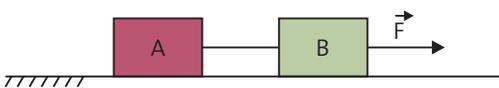
- a) $v_2 / v_1 = 0,08$.
- b) $v_2 / v_1 = 0,1$.
- c) $v_2 / v_1 = 0,15$.
- d) $v_2 / v_1 = 0,21$.
- e) $v_2 / v_1 = 0,3$.

5. (UFF) Ímãs são frequentemente utilizados para prender pequenos objetos em superfícies metálicas planas e verticais, como quadros de avisos e portas de geladeiras. Considere que um ímã, colado a um grampo, esteja em contato com a porta de uma geladeira. Suponha que a força magnética que o ímã faz sobre a superfície da geladeira é perpendicular a ela e tem módulo F_M . O conjunto ímã/grampo tem massa m_0 . O coeficiente de atrito estático entre a superfície da geladeira e a do ímã é μ_e . Uma massa M está pendurada no grampo por um fio de massa desprezível, como mostra a figura.



- a) Desenhe no diagrama as forças que agem sobre o conjunto ímã/grampo, represente-o por um ponto, identificando cada uma dessas forças.
- b) Qual o maior valor da massa M que pode ser pendurada no grampo sem que o conjunto caia?

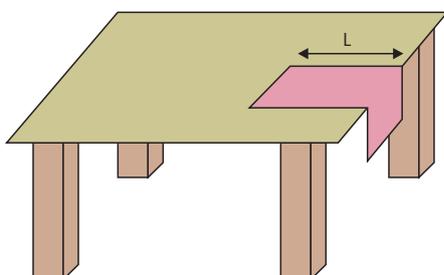
6. (Unesp) A figura ilustra um bloco A, de massa $m_A = 2,0$ kg, atado a um bloco B, de massa $m_B = 1,0$ kg, por um fio inextensível de massa desprezível. O coeficiente de atrito cinético entre cada bloco e a mesa é μ_c . Uma força $F = 18,0$ N é aplicada ao bloco B, fazendo com que ambos se desloquem com velocidade constante.



Considerando $g = 10,0$ m/s², calcule:

- a) o coeficiente de atrito μ_c .
- b) a tração T no fio.

8. (UFF) Um pano de prato retangular, com 60 cm de comprimento e constituição homogênea, está em repouso sobre uma mesa, parte sobre sua superfície, horizontal e fina, e parte pendente como mostra a figura a seguir.



Sabendo-se que o coeficiente de atrito estático entre a superfície da mesa e o pano é igual a 0,5 e que o pano está na iminência de deslizar, pode-se afirmar que o comprimento L da parte sobre a mesa é:

- a) 40 cm
- b) 20 cm
- c) 15 cm
- d) 60 cm
- e) 30 cm



BÚSSOLA DO ALUNO

Nesta aula, estudamos:

- Força de Atrito
- Força de Atrito Estático
- Força de Atrito Cinético

Curiosidades e dicas

Seguem interessantes simulações, produzidas pela Universidade do Colorado, a fim de demonstrar diversos conceitos da Dinâmica discutidos em sala. Atente-se às diversas variáveis que interferem no movimento do corpo, tais como:

- inclinação da rampa;
- coeficiente de atrito;
- massa do corpo;
- phet.colorado.edu/pt_BR/simulation/ramp-forces-and-motion
- phet.colorado.edu/pt_BR/simulation/the-ramp
- phet.colorado.edu/pt_BR/simulation/friction

Agropecuária

Geografia



INTEGRAL
ESCOLAS INTELIGENTES

Geografia

Agropecuária

Autor

Amarildo Diniz

Direção editorial

Charles Alcarde

Gerente editorial

Rosa Dalva Viana do Nascimento

Projeto gráfico

Grafos Editoração e Comunicação Ltda.

Editoração eletrônica

Grafos Editoração e Comunicação Ltda.
MZ Editoração

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida,
sob qualquer forma, sem prévia autorização.

© Integral Sistema de Ensino Ltda.

www.integral.br

Campinas-SP

Agropecuária

Agronegócio, meio ambiente e conflitos

Nas últimas décadas, o meio rural brasileiro sofreu transformações associadas ao processo de urbanização e industrialização. Os setores rurais mais valorizados têm sido a agropecuária para exportação e a produção para a indústria.

Houve uma modernização acelerada com o aumento da produtividade por meio da mecanização, biotecnologia e utilização de agrotóxicos e de fertilizantes. Porém, persistem os problemas ambientais como a erosão, a contaminação do solo com agrotóxicos, a desertificação e a arenização.

Além disso, o Brasil ainda continua sendo um dos piores países do mundo em distribuição de terras. Apenas 1% dos proprietários são donos de 44% das terras.

A exclusão de milhares de pessoas do acesso à terra, fez que surgissem vários movimentos sociais por reforma agrária, como o MST (Movimento dos Sem Terra). Os conflitos pela posse da terra envolvem diversos grupos sociais como latifundiários, grileiros e posseiros.

O banho de sangue faz o país figurar entre os mais violentos do planeta quanto aos conflitos agrários. Sucedem-se assassinatos de trabalhadores rurais, em que a maioria dos mandantes não são presos em razão da impunidade.



A mecanização é um dos fatores que aumentaram a produtividade do agronegócio brasileiro

Agronegócio e economia

Modernização agrária no Brasil

A partir de meados do século XX, enquanto o Brasil assumiu um perfil urbano-industrial, a produção agropecuária cresceu e se diversificou. O país também se tornou um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. A agropecuária representa cerca de 5,6% do PIB nacional. Porém, o papel do **agronegócio** é muito importante no Brasil, uma vez que inclui além da agropecuária, atividades agroindustriais e serviços vinculados ao setor.

As culturas agrícolas que conheceram maior expansão foram as voltadas para abastecer de matérias-primas a indústria, e aquelas cujo destino é a exportação. Esses cultivos tiveram grande aumento

da produtividade por meio da mecanização, uso da biotecnologia e crescente utilização de insumos como fertilizantes e agrotóxicos. Entretanto, as culturas tradicionais de alimentos básicos, que ocupam pequenas propriedades familiares, obtiveram menor estímulo.

O processo de modernização da agropecuária ocorreu de modo desigual no território brasileiro, sendo mais intensa no Centro-Sul e manifestando-se de modo pontual no Nordeste e na Amazônia. Em alguns lugares, a agropecuária moderna convive com a agricultura rudimentar de roça itinerante.



A biotecnologia no campo

Nas últimas décadas, observamos um extraordinário aumento da produtividade agropecuária em virtude do emprego da **biotecnologia**. É cada vez maior o uso da engenharia genética na modificação de seres vivos. Houve a produção de sementes e organismos adaptados às condições ambientais desfavoráveis e resistentes às pragas.

No Brasil, a expansão geográfica da soja nas últimas décadas decorre do emprego da biotecnologia. As novas variedades adaptaram-se a climas mais quentes e solos menos férteis. Isso impulsionou a expansão territorial da soja do Sul para o Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e trechos da Amazônia.

Um dos casos mais polêmicos é a difusão dos transgênicos, que são organismos que tiveram introdução de genes de outras espécies sempre visando aumentar sua produtividade e resistir ao ataque de pragas.

O problema é que a biotecnologia é controlada por corporações transnacionais. A soja transgênica, por exemplo, é produzida pela corporação norte-americana Monsanto. A expansão dos transgênicos no Brasil pode significar o aumento da dependência dos agricultores locais em relação às empresas estrangeiras. O uso dos transgênicos também é polêmico devido aos eventuais danos ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

O avanço da agroindústria

No Brasil, formaram-se grandes complexos agroindustriais. Muitos pequenos e médios proprietários produzem para as indústrias alimentícia (laticínios, enlatados, farináceos, frios, óleos), tabagista e têxtil. Pode-se citar como exemplo a produção de frangos e perus (avicultura) no oeste de Santa Ca-

tarina para empresas de produtos alimentícios. Os pequenos produtores recebem assistência técnica e compram os insumos (ração, remédios e matrizes) da indústria e adquirem financiamento por meio dos bancos.

Distribuição geográfica de produtos agrícolas

Café. O Brasil é o exportador mundial de café. A produção é liderada por Minas Gerais. Outros produtores importantes são: Espírito Santo, Paraná, São Paulo e Rondônia.

Cana-de-açúcar. O país é o maior exportador mundial de açúcar e de etanol combustível. A liderança está com o Centro-Oeste de São Paulo, principalmente nas regiões de Piracicaba, Araraquara e Ribeirão Preto. Na Zona da Mata Nordestina, o cultivo é tradicional desde o período colonial, destacando-se os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Outros produtores relevantes são: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia.

Laranja. O Brasil é o maior exportador mundial de suco de laranja. O estado de São Paulo é o maior produtor, sobretudo as regiões de Bebedouro, São José do Rio Preto, Laranjal Paulista, Matão, Araraquara e Tabatinga. Outros produtores relevantes são Minas Gerais e Sergipe.

Arroz. O maior produtor é o Rio Grande do Sul. A produção é importante em Goiás, Mato Grosso e Maranhão.

Algodão. A liderança na produção está com Mato Grosso. São importantes produtores os estados do Paraná e a Bahia.

Trigo. A produção nacional é insuficiente para o mercado interno, desse modo, o Brasil é um grande importador de trigo proveniente da Argentina e dos

Brasil: distribuição agropecuária



Estados Unidos. Os maiores produtores nacionais são: Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Uva. A produção de uva associada à indústria do vinho concentra-se no Rio Grande do Sul (região Serrana), Santa Catarina, Paraná e São Paulo (região de Jundiá). Cresce a fruticultura irrigada, incluindo a produção de uva e vinho no Vale do Rio São Francisco na Bahia (Juazeiro) e Pernambuco (Petrolina).

Cacau. O sul da Bahia é responsável pela maior parte da produção nacional, seguido do Pará.

ESTUDO DE CASO

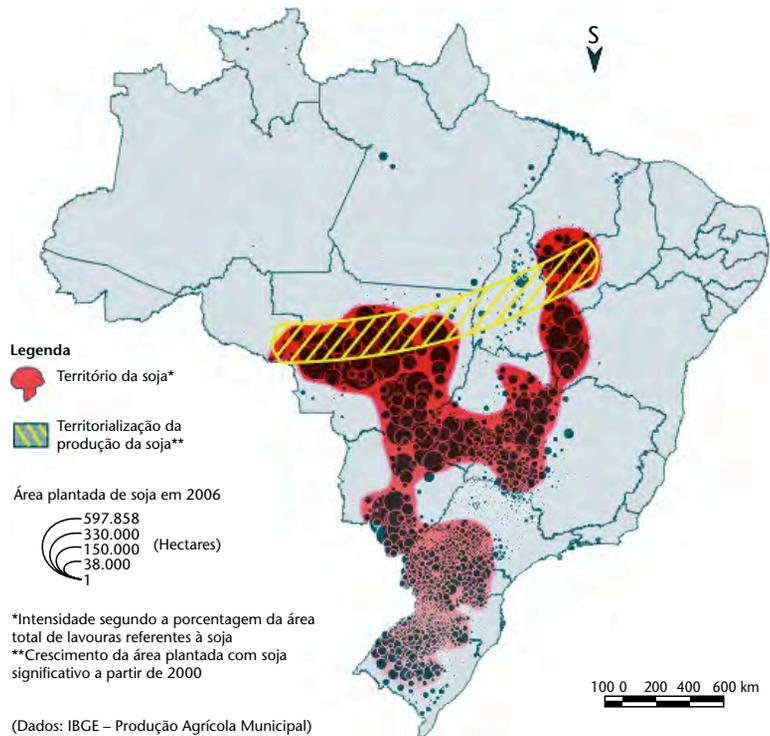
O território da soja

O Brasil é o maior exportador mundial de soja. No mapa a seguir, observamos o “território da soja”, área onde é significativa a porcentagem da área plantada com soja, visto que são impactadas

diversas dimensões do espaço dos municípios nos quais a produção de soja é intensa. Ou seja, grande parte da infraestrutura é pensada para servir o agronegócio da soja. Cidades crescem de forma

totalmente subordinada em torno desses polos do agronegócio. A territorialização foi definida pela região onde a área plantada tem aumentado rapidamente, impactando os biomas do Cerrado e da Amazônia. No país, o maior produtor é o Estado de Mato Grosso. Outros estados produtores são: Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Minas Gerais (Triângulo Mineiro), Rondônia (Cerejeiras), Roraima, Amazonas (Humaitá), Pará, Bahia (Barreiras), Piauí e Maranhão (Balsas).

Brasil: território e territorialização da soja



(Fonte: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/agropecuaria.htm>)

A pecuária no Brasil

A pecuária pode ser organizada sob as seguintes formas:

Pecuária intensiva. Trata-se da pecuária com alta produtividade e que pode ser realizada em pequenas, médias e grandes propriedades. Nesse caso, o gado pode ser confinado de modo permanente ou parcial. O rebanho tem cuidados especiais com relação à alimentação, saúde e higiene. Para aumentar a rentabilidade é aplicada a biotecnologia e métodos zootécnicos (seleção, cruzamento, hibridação, inseminação artificial etc.). Assim, o rebanho desenvolve melhor a estrutura óssea, ganha peso mais rapidamente e melhora a qualidade da carne. Nos países desenvolvidos, é o sistema que prevalece. No Brasil, a pecuária atravessa uma formidável modernização nas últimas décadas e as áreas com pecuária intensiva se concentram no Centro-Sul do país.

Pecuária extensiva. É uma modalidade de pecuária com menor produtividade. O gado é criado solto no pasto e não recebe grandes cuidados com relação à saúde e à higiene. Em geral utilizam-se

grandes propriedades e pouca mão de obra, por isso, os rebanhos são numerosos, embora possuam deficiências ósseas, carne musculosa e o couro marcado por doenças. A pecuária extensiva é expressiva nas regiões mais pobres do Brasil, principalmente o Sertão nordestino.



Pecuária bovina no Brasil

Nova História Integrada

Volume
História
Ensino Médio **1**

Autores

João Paulo Mesquita Hidalgo Ferreira

Nascido em Volta Redonda, RJ.

Bacharel e licenciado em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP).

Professor de História de Ensino Fundamental, Ensino Médio e cursos preparatórios para o Enem e pré-vestibular na rede particular de Campinas e região.

Autor de material didático para Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e cursos preparatórios para o Enem e pré-vestibular.

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes

Nascido em Sorocaba, SP.

Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP).

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP).

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP-MG).

Colaboradores

Felipe de Paula Góis Vieira

Isabela Backx



**COMPANHIA
DA ESCOLA**[®]

3ª edição / Campinas-SP, 2013

Unidade O Mundo Antigo

1

Capítulo A civilização grega

5

“Temos um sistema político que se chama democracia, pois trata-se de um regime concebido, não para uma minoria, mas para as massas. Em virtude das leis, todas as pessoas são cidadãos iguais. Por outro lado, é conforme a consideração de que goza em tal domínio que cada um é preferido para a gestão dos nossos negócios públicos, menos por causa da sua camada social do que pelo seu mérito. E nada importa a pobreza: se alguém pode prestar serviço a Atenas, não é disso impedido pela obscuridade de sua categoria. É como homens livres que administramos o Estado. Obedecemos aos magistrados sucessivos, às leis e, sobretudo, às que foram instituídas para socorro dos oprimidos.

Diferentemente de qualquer outra comunidade, nós, atenienses, consideramos aquele que não participa de seus deveres cívicos não como desprovido de ambição, mas sim como inútil. Ainda que não possamos dar origem à política, em todo caso podemos julgá-la; e,

em vez de considerarmos a discussão como uma pedra no caminho da ação, nós a consideramos como uma preliminar indispensável de qualquer ação sábia... Em resumo, afirmo que, como cidade, somos a escola de toda a Grécia.”

O texto anterior é um fragmento adaptado do *Discurso Fúnebre* de Péricles. Ele data de 431 ou 430 a.C. e foi registrado por um historiador grego chamado Tucídides. Péricles era um legislador de uma cidade grega chamada Atenas e proferiu as palavras acima como forma de homenagear seus conterrâneos mortos no primeiro ano da guerra contra outra cidade grega, Esparta.

Ao ler o discurso, que conceitos gregos lhe soam familiares? Ao falar em Grécia, o que lhe vem à mente? Olimpíadas? Democracia? Filosofia? Por quê?

Localizado no alto da Acrópole de Atenas, o Partenon, símbolo do auge ateniense, foi encomendado em 447 a.C. por Péricles e celebra a vitória dos gregos sobre a Pérsia em 480 a.C. Na ocasião, o líder ateniense exclamou: “Seremos objeto de admiração da época atual e das épocas vindouras”.



National Geographic, Especial Grécia Antiga, São Paulo, Novembro de 2003.

Período Pré-Homérico (séculos XX-XII a.C.)

A Grécia antiga



(Fonte: Adaptado de DUBY, George. *Grand Atlas Historique*. Paris: Larousse / ARRUDA, J. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 1994.)

A região onde se localizava a Grécia antiga, a Hélade, como afirmavam os gregos, dividia-se em três partes: o lado continental, localizado na Península Balcânica; a parte insular, constituída pelas ilhas do Mar Egeu (como Lesbos, Rodes e Creta); e a parte asiática (também conhecida como Jônia), que correspondia à costa ocidental da Ásia Menor.

A população da Grécia antiga foi formada da junção de quatro povos de origem indo-europeia: aqueus, jônios, eólios e dórios. Os mais antigos antepassados dos gregos (denominados assim, pois falavam uma língua grega primitiva), os aqueus, chegaram à Península Balcânica no final do terceiro milênio a.C. e se instalaram nas ilhas do Mar Egeu. Posteriormente, jônios e eólios se instalariam em diferentes pontos da Península Balcânica.

Os aqueus estabeleceram-se também ao sul da Hélade, numa região de terras férteis, conhecida como Peloponeso. Nessa localidade, constituíram sua principal cidade, Micenas, que em pouco tempo estabele-

ceu um imenso intercâmbio com os cretenses, povo que habitava a Ilha de Creta desde 3000 a.C., assimilando dos cretenses diversos aspectos de sua cultura, como a escrita, a metalurgia do bronze e a navegação.

A sociedade cretense, também conhecida como egeia ou minoica, caracterizava-se por suas intensas atividades marítimas e comerciais. Seus navios circulavam por todo o Mar Mediterrâneo, estabelecendo relações mercantis com fenícios e egípcios e recebendo, com isso, grande influência cultural do Oriente.

Sala do trono do palácio de Cnosos, principal cidade da sociedade cretense, que muito influenciou os antigos gregos.



Por volta de 1400 a.C., os aqueus iniciaram um processo expansionista, dominando Creta e toda a região do Mar Egeu e do Mar Negro. A expansão militar dos aqueus gerou, por exemplo, a lendária guerra entre gregos e troianos, povo localizado na cidade de Troia, atual Turquia.

Por volta do século XI a.C., a civilização micênica (como era conhecida a sociedade dos aqueus) sucumbiu à invasão dos dórios. Diante do poderio militar dório, particularmente em razão de suas armas de ferro, numerosos aqueus se refugiaram no interior do continente e na Ásia Menor, processo conhecido como **Primeira Diáspora Grega**.

O Período Homérico (séculos XII-VI a.C.)

O período entre 1200 e 600 a.C., em razão da escassez de fontes escritas, é conhecido graças a descobertas e interpretações arqueológicas. O que existe na forma escrita sobre essa época são os poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia*, atribuídos a um poeta chamado Homero, mas que se remetem a tradições orais que só foram compiladas por volta do século VIII a.C., quando ressurgiu a escrita.

Os poemas de Homero mesclam lendas e ocorrências históricas relacionadas com as guerras entre os dórios e os aqueus. De maneira geral, pode-se dizer que *Ilíada* narra a Guerra de Troia (Ílion, para os gregos) e *Odisseia* aborda o retorno do herói Odisseu (Ulisses, para os romanos) a seu reino, Ítaca, após o fim da guerra.

A invasão dória provocou grandes transformações na sociedade grega. A escrita deixou de ser utilizada, o comércio entrou em depressão e a dispersão populacional levou a um abandono do mundo urbano.

A sociedade passou a ser organizada através dos **genos**, grupamentos familiares extensos, em que os membros se aglutinavam no culto de um antepassado comum, em geral um herói ou semideus. O culto dos antepassados (os heróis da família) era realizado pelo *pater familias*, chefe político e religioso. Em torno do genos, estruturava-se um *oikos*, unidade econômica que compreendia família, terras, casas, ferramentas, armas e gado, dos quais dependia a sobrevivência do grupo. O trabalho no genos, essencialmente agropastoril, era voltado para a autossuficiência e era realizado pelos seus próprios membros e, raramente, por escravos.



Estudo de caso Os genos e a genética



Os povos antigos (como os gregos), ao melhorar os cultivos de plantas e o cruzamento de animais domésticos, já praticavam, sem ter consciência disso, um ramo da Biologia, formalizado por Gregor Mendel no século XIX: a genética. A genética, como sabemos, estuda a he-

reditariedade por meio dos genes (termo criado pelo biólogo dinamarquês, W. L. Johannsen [1857-1927]), e deve seu nome à expressão genos (*gens*), ou seja, clãs familiares com parentesco próximo – portanto com mesma herança genética –, as comunidades gentílicas.

Três séculos depois, o sistema gentílico entraria em colapso. As poucas terras para cultivo, aliadas a um grande crescimento populacional, levaram a diversas disputas internas por poder e por distribuição de riquezas. Em virtude dos conflitos, as terras comunais foram se tornando propriedade privadas, gerando desigualdades sociais. Os parentes mais próximos dos líderes dos genos, por exemplo, os chamados **eupátridas** (“os bem-nascidos”), garantiram para si as maiores e mais férteis terras, formando, com isso, uma espécie de aristocracia da terra.

No lugar dos genos, surgiu uma nova forma de organização sociopolítica: a **pólis**, cidades independentes e autônomas que contavam cada qual com sua própria estrutura política, econômica, social e religiosa. Por tais características, as pólis gregas são denominadas **cidades-estado**.

Era comum encontrar nas pólis uma **Acrópole**, colina fortificada, símbolo da resistência militar e santuário politeísta; e também uma **Ágora**, local central onde se situavam os edifícios públicos, o mercado e a praça de reunião dos cidadãos. Esse núcleo urbano constituía, na maior parte das vezes, a menor parte de uma pólis: os campos agricultáveis compunham a maior parte da área de uma cidade. Havia aquelas, como Atenas, que tinham um porto que também fazia parte da cidade.

Em geral, a organização política das cidades-estado era dominada pelos eupátridas, essa elite fundiária anteriormente mencionada. Aos pequenos proprietários rurais, comerciantes, artesãos, estrangeiros e escravos, maior parte da população local, não era permitida qualquer atuação nos assuntos políticos.

O número de escravos podia ser muito grande, e eles eram, em sua maioria, estrangeiros prisioneiros de guerra ou pequenos proprietários que se endividavam e não conseguiam saldar seus compromissos.

Durante os séculos VIII e VI a.C., a pobreza do solo, a escravidão por dívidas e a concentração de terras nas mãos dos eupátridas impulsionaram a colonização nos litorais dos mares Negro e Mediterrâneo. Grupos de colonos, com recursos fornecidos por suas cidades, partiam em busca de terras cultiváveis, onde fundavam novas pólis, constituindo uma saída para a crise agrária, fornecendo gêneros alimentícios que faltavam nas comunidades da Hélade e consumindo o excedente de azeite e vinho. Esse processo expansionista ficou conhecido como a **Segunda Diáspora Grega**.

Colonização grega 750-550 a.C.



(Fonte: Adaptado de DUBY, George. *Grand Atlas Historique*. Paris: Larousse.)

As cidades-estado

Vimos que a Grécia antiga não formava um Estado centralizado. Na verdade, a definição de Grécia para os próprios gregos, durante a Antiguidade, era a seguinte: onde quer que houvesse gregos, ali estava a Grécia! Não importava se outro povo habitava a região anteriormente: se os gregos a colonizassem, ali era Grécia. Na verdade, para os gregos antigos, todos aqueles que não

falavam grego eram considerados “bárbaros”, pessoas inferiores aos helenos. E cada região habitada por gregos era dominada por uma cidade-estado, localmente influente sobre as outras. Entre essas cidades que se destacaram pela predominância sobre outras e por se caracterizarem como modelos muito distintos de organização, estão **Esparta** e **Atenas**.

Enquanto Esparta se caracterizava pelo seu militarismo, pela xenofobia e por sua sociedade rigidamente estratificada, Atenas ficou conhecida como uma cidade que abriu aos cidadãos a participação na política pública. Em diferentes momentos, Esparta e Atenas foram predominantes no mundo grego, rivalizando-se entre si e com outras cidades-estado.

Esparta

A cidade-estado **Esparta** situava-se na região da Lacônia, a sudeste da Península do Peloponeso, num vale de terras férteis cercado por altas montanhas de difícil passagem. A cidade foi fundada pelos dórios no século IX a.C. os quais dominaram os antigos habitantes da região, os aqueus. Os aqueus que resisti-

ram à invasão foram transformados em escravos públicos, pertencentes não a um dono específico, mas a toda a cidade: os **hilotas**. A expansão espartana chegou a dominar um terço do Peloponeso, mas, diante da dificuldade de manter os territórios conquistados, Esparta abriu mão de parte deles. Seus habitantes optaram por fechar-se a influências externas, a transformações, artes e qualquer tipo de novidade. No lugar disso, cultivaram uma rígida disciplina com o intuito de manter a velha ordem estabelecida. Enfim, a vida espartana era marcada pela praticidade e pela simplicidade, no sentido positivo do termo.

Para fazer isso, politicamente os espartanos mantinham sua oligarquia regida por leis imutáveis e divinas conhecidas como a “Grande Retra” (Retra quer dizer “deliberação”). Essas leis teriam sido escritas pelo lendário legislador Licurgo.



Vozes do passado A “Grande Retra” e a sociedade espartana

Leia a seguir um trecho da “Grande Retra”:

“Depois que o povo estabeleceu o santuário de Zeus Silânio e Atena Silânia, depois que o povo distribuir-se em tribos e obes, depois que o povo tiver estabelecido um conselho de trinta, incluindo os reis, que se reúnam de estação em estação para a festa de Apelas entre Babica e Cnáquion; que os anciãos apresentem ou rejeitem propostas; mas que o povo tenha a decisão final. Se o povo se manifestar de forma incorreta, que os anciãos e os reis a rejeitem.”

Reparem no texto da Retra. Segundo essas leis, dois reis (**diarquia**) das famílias mais antigas da cidade deveriam acumular funções religiosas e militares. Um conselho de anciãos (pessoas com mais de 60 anos), **gerúsia** em grego, deveria discutir as leis e exercer o poder com os reis. O povo, reunido em Assembleia (**Apela**), pouco podia decidir. Como vimos, a palavra final sempre recaía sobre os anciãos e os reis, que deveriam “corrigir os erros” do povo. Como numa sociedade guerreira era muito raro os indivíduos viverem mais do que 40 ou 50 anos, eram poucos os anciãos que assumiam na gerúsia.

O conjunto de leis de Licurgo dava ao pequeno

grupo de descendentes dos conquistadores dórios, o grupo que controlava a cidades, o total monopólio sobre a política. Donos das melhores terras, esses espartanos (também chamados de **esparciatas**) se dedicavam quase que exclusivamente às atividades guerreiras que deveriam assegurar seu *status quo* e suas tradições. De fato, havia uma lei que proibia que os espartanos de elite tivessem qualquer outra atividade que atrapalhasse suas carreiras militares.

Como as guerras, no mundo antigo, ocorriam, em sua maior parte, no verão, no resto do ano, os esparciatas dedicavam-se a exercícios de guerra e ficavam mobilizados em acampamentos militares.

Os descendentes dos aqueus que não foram escravizados, chamados de **periecos**, completavam o quadro social de Esparta e habitavam a periferia da cidade, dedicando-se às atividades agropastoris. Quatro vezes mais numerosos que os esparciatas, conheciam a propriedade privada, serviam no exército, mas não tinham quaisquer direitos políticos.

Lembramos também que boa parte da sociedade espartana era composta por **hilotas**, os escravos da cidade de Esparta. Formava-se, assim, a rígida divisão social da cidade.



Estudo de caso A educação militar de Esparta

Desde criança, os meninos espartanos viviam sob uma educação extremamente rígida, submetidos a duros e excessivos treinamentos. Até nossos dias, a expressão “espartano” é usada para designar algo rígido e severo.

Ao nascer, os meninos eram levados aos anciãos que os avaliavam. Se fossem considerados saudáveis, eram criados. Caso contrário, eram jogados por um desfiladeiro. Isso tudo para produzir guerreiros! Aos 7 anos, os garotos deixavam suas mães e eram divididos em tropas. Os mais capazes eram transformados em líderes de sua unidade, comandando e punindo seus subordinados. Os meninos eram comumente chicoteados e incentivados a roubar e matar hilotas para se tornarem indiferentes à dor, ao sofrimento e à morte. Se fossem pegos pelos hilotas, deveriam se matar.

Ao privilegiar a educação militar, os espartanos aprendiam a ler e escrever apenas o mínimo necessário para se tornarem bons soldados. Na verdade, os meninos eram pouco incentivados a falar: só deveriam fazê-lo quando alguém mais velho assim o permitisse. No geral, deveriam aprender a obedecer às ordens sem questionar. Os demais gregos costumavam dizer que era mais fácil uma estátua falar do que um lacônio: até hoje “lacônico” quer dizer “breve”, “conciso”.

Aos 20 anos, o homem espartano adquiria alguns direitos políticos e, geralmente aos 30 anos, casava-se e adquiria uma certa independência. Apenas aos 60 anos ele estaria liberado das obrigações militares, podendo ser eleito para um cargo político.

A principal função da mulher na sociedade espartana era gerar filhos fortes e saudáveis. Por causa das prolongadas ausências dos homens, as mulheres cuidavam de toda a administração da casa. Embora vivessem alijadas da vida política, às mulheres eram destinadas todas as atividades comerciais.

A rígida educação militar levou a grandes dificuldades em desenvolver as artes e a manufatura, aumentando a estagnação econômica da cidade. Ainda assim, a opção pela educação militar fez com que Esparta tivesse um exército extremamente poderoso, transformando-a em uma das maiores potências do mundo grego.

Atividades

- 1) Por que os espartanos procuravam criar seus meninos com tamanho rigor militar?
- 2) Relacione a xenofobia, o militarismo e a política espartanos.
- 3) Quais as funções das mulheres na sociedade espartana?

Atenas

Situada na península do Mar Egeu (Ática), Atenas surgiu da fusão de tradições aqueias, eólias e jônias (de quem os atenienses se sentiam herdeiros). Localizada numa região pouco propícia para a agricultura, a economia ateniense girava em torno do azeite e dos vinhos produzidos nas colinas. No sul da região, Atenas desenvolveu a mineração de prata e, utilizando-se do porto do Pireu, se constituiu numa grande potência no comércio marítimo. Durante o período homérico, os atenienses ampliaram seus domínios territoriais conquistando toda a península da Ática.

No início do período arcaico, Atenas era essencialmente agrícola e sua população livre dividia-se em **eupátridas**, pequenos proprietários de terras (**georgóis**), trabalhadores livres (**demiurgos**) e camadas

urbanas marginalizadas (**thetas**). Aos poucos, estrangeiros (**metecos**) fixaram-se em Atenas, dedicando-se principalmente ao comércio.

Nessa época, Atenas era também uma oligarquia, como a maioria das cidades gregas. O governo, composto por eupátridas, era dividido em três esferas. Havia os polemarchas, magistrados encarregados de organizar os assuntos de guerra. Também existiam nove arcontes, magistrados encarregados de todos os outros assuntos, eleitos anualmente. Um conselho reunia-se em uma colina chamada Areópago para escolher esses magistrados e administrar a justiça sempre de acordo com os interesses da elite. Mulheres, não nobres e escravos não possuíam qualquer poder político. Os **escravos**, considerados seres inferiores, assim como as

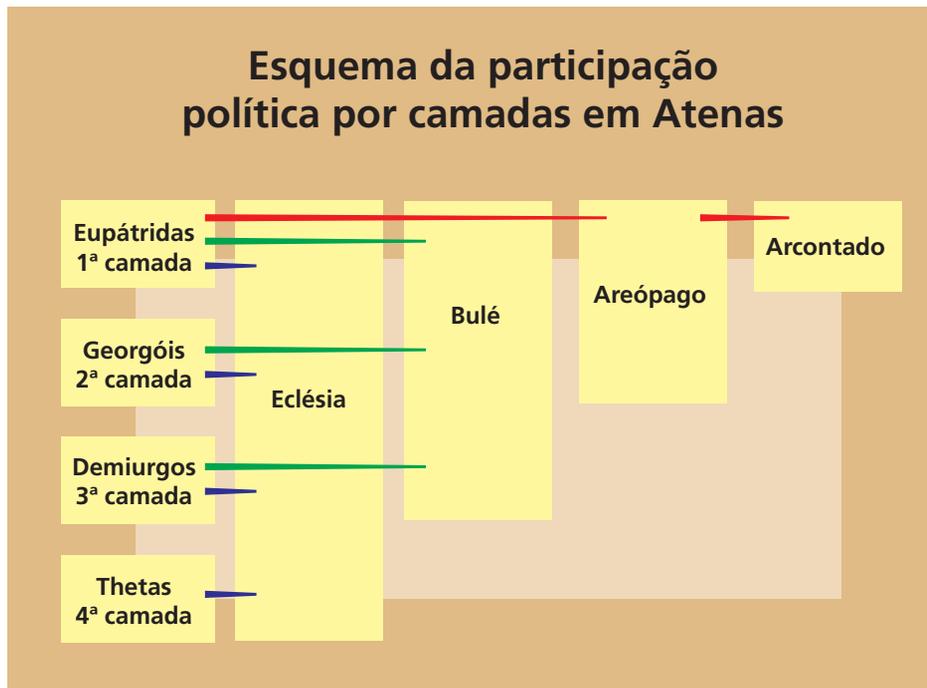
mulheres, eram vistos como necessários: o trabalho escravo sustentava o cidadão livre, dando-lhe tempo para que pudesse participar da vida pública e intelectual, atividades superiores aos trabalhos braçais ou domésticos, de acordo com o pensamento grego.

Com os movimentos de colonização, Atenas tornou-se um importante centro comercial. Enriquecidos com o crescimento econômico, comerciantes e artesãos, somados aos proprietários pobres, passaram a exigir direitos políticos aos eupátridas.

As lutas entre a parte da população sem direitos e as oligarquias, que se estenderam por todo o século VII a.C., fizeram com que legisladores iniciassem reformas no governo. Por volta de 620 a.C., um arconte chamado **Drácon** mandou codificar as leis que até então eram orais e passou o controle da Justiça para o Estado, tirando-o das mãos de particulares. Apesar

de tornar as leis públicas e aplicáveis a todos, o Código de Drácon não conseguiu solucionar os problemas sociopolíticos, em parte pelo rigor excessivo: roubar um pé de couves, por exemplo, podia ser punido com a morte.

Em 594 a.C., outro legislador, **Sólón**, proibiu a escravidão por dívidas e unificou pesos e medidas, favorecendo o desenvolvimento do comércio e enfraquecendo sobremaneira o poder dos eupátridas. A reforma de Sólón acabou com antigos privilégios de nascimento e dividiu a sociedade segundo o rendimento (divisão censitária), privando a aristocracia do monopólio dos cargos públicos, através do direito de voto a classes comerciantes. Criou, ainda, o Conselho dos Quatrocentos (Bulé), composto de homens livres maiores de 30 anos. Essas reformas, no entanto, não romperam totalmente com a aristocracia.



(Fonte: Adaptado de VITOR BIASOLI. *O mundo grego*, São Paulo: FTD, 1997. p. 27.)

A persistência da instabilidade social fez surgir em Atenas a figura do tirano, líder político que exercia o poder à força. O mais conhecido deles foi **Psístrato**, que exerceu o poder entre 560 e 527 a.C. Ao contrário do que se possa pensar, Psístrato foi um governante muito bem quisto pela população mais simples de Atenas. Sua tirania introduziu reformas na legislação agrária em benefício das classes populares e inovou na organização militar. Homem ligado à cultura, mandou registrar por escrito os poemas de Homero,

construiu grandes palácios e incentivou a economia.

Mesmo com essas reformas todas, na prática o poder ainda era exercido pelos mesmos grupos de antes, os eupátridas. Sendo assim, em 508 a.C., com forte apoio popular, um estadista chamado **Clístenes** assumiu o governo disposto a diminuir os privilégios políticos da aristocracia. Para isso, a população foi dividida em demos (circunscrições administrativas) e as tribos hereditárias foram substituídas por dez tribos distribuídas por sua localização geográfica. Cada tribo era

composta por grandes e pequenos proprietários, mercadores, artesãos e marinheiros, garantindo a todos os cidadãos homens livres e descendentes de atenienses direitos políticos iguais. A reforma de Clístenes deu à Bulé (agora um Conselho com 500 cidadãos) funções administrativas e de preparação de projetos de lei submetidos a uma Assembleia Popular (**Eclésia**), que se transformou no órgão mais importante de Atenas.

Surgiu a **democracia ateniense**, ou governo dos demos.

A Eclésia se reunia dez vezes por ano (podendo ter sessões extraordinárias) e cada encontro durava o dia inteiro: nele, qualquer cidadão presente podia falar e propor algo, mas, na prática havia líderes que acabavam tomando conta das discussões. As proposições da Eclésia eram mandadas para a Bulé, composta por cidadãos escolhidos por sorteio entre voluntários com no mínimo 30 anos. A Bulé transfor-

mava as propostas em leis e as retornava à Eclésia para aprovação final. Excetuando as leis consideradas divinas e imutáveis (como a proibição de matar pai e mãe ou de se casar com irmãos), as demais leis eram decisões da Eclésia e deviam aplicar-se a todos de forma inapelável. Os magistrados deveriam apenas executar essas novas leis e fiscalizar o bom funcionamento da cidade e seu exército. Estes deveriam ser escolhidos entre os presentes na Assembleia popular ou por sorteio. Como os gregos achavam que a sorte era uma deusa (Tykhé), usar um sorteio era muito bem visto: era como deixar a decisão nas mãos dos deuses.

Havia, ainda, um tribunal popular, a Helieia, com milhares de juízes, também escolhidos por sorteio, e que arbitravam todo o tipo de causa, normalmente em tribunais com 501 magistrados cada. Durante o governo de Péricles, foi introduzida mistoforia, o pagamento por parte do governo para todo cidadão que participasse das tarefas políticas. Isso garantia à parte mais pobre da população sua participação nas assembleias e até mesmo em algumas magistraturas da cidade, fato que desagradou às elites ricas que, muitas vezes, se afastaram da vida política.

Instituições políticas a partir de Clístenes

Território da Criação



(Fonte: Adaptado de VITOR BIASOLI. *O mundo grego*, São Paulo: FTD, 1997.)



(Fonte: Adaptado de VITOR BIASOLI. *O mundo grego*, São Paulo: FTD, 1997.)

Falando nisso Os limites e as possibilidades da democracia ateniense

“Democracia – algo tão valioso para nós – é um conceito surgido na Grécia antiga. Por cerca de um século, a partir de meados do século V a.C., Atenas viveu essa experiência única em sua época. Democracia, em grego, quer dizer ‘poder do povo’, à diferença de ‘poder de um’, a monarquia, ou ‘poder de poucos’, a oligarquia ou aristocracia (‘poder dos melhores’).

A democracia ateniense era direta: todos os cidadãos podiam participar da assembleia do povo (Eclésia), que tomava as decisões relativas aos assuntos políticos, em praça pública. Entretanto, é bom deixar bem claro que o regime democrático ateniense tinha os seus limites. Em Atenas, no período de Péricles, eram considerados cidadãos apenas os homens adultos (com mais de 18 anos) nascidos de pai e mãe atenienses.

Em 431 a.C., havia cerca de 42 mil cidadãos com direito a comparecer à assembleia, mas a praça de reuniões não comportava esse número de homens. As reuniões podiam ocorrer na praça do mercado, a Ágora, quando o número de homens presentes fosse muito grande. Normalmente, reuniam-se em uma colina, na praça Pnix, em uma superfície de 6 mil metros quadrados, com capacidade para até 25 mil pessoas. Assim, embora houvesse 42 mil cidadãos, nunca mais do que 25 mil votavam e, em geral, muito menos pessoas tomavam parte na democracia direta.

Calcula-se que, nesse mesmo ano, havia 310 mil habitantes na Ática, região que compreendia tanto a parte urbana como a rural da cidade de Atenas, 172 mil cidadãos com suas famílias, 28.500 estrangeiros com suas famílias e 110 mil escravos. Os escravos, os estrangeiros e mesmo as mulheres e as crianças atenienses não tinham qualquer direi-

to político e para eles a democracia vigente não trazia qualquer vantagem.

Se, por um lado, a democracia ateniense continha todos esses limites, por outro, a maior parte dos cidadãos que dela podiam usufruir eram camponeses ou pequenos artesãos e, neste sentido, a democracia de Atenas era um regime em que os relativamente pobres tinham um poder considerável, algo inédito e, até hoje, muito raro em toda a História da humanidade.”

(FUNARI, Pedro Paulo A. *Grécia e Roma*, São Paulo: Contexto, 2001. p. 35-39. Adaptado.)



Museu da Ágora, Atenas, Grécia.

O governo de Clístenes, também foi marcado pelo **ostracismo**: expulsão, com cassação dos direitos políticos por dez anos, do cidadão denunciado como prejudicial às pólis. Os cidadãos escreviam seu voto em pedaços de cerâmica (óstrakon, em grego, e, por isso, ostracismo) como estes acima, condenando ou absolvendo o indivíduo. O ostracismo foi importante para a vida pública ateniense, pois impediu o surgimento de guerras civis e a concentração dos poderes nas mãos de uma só pessoa.

Atividades

- 1) Quem era considerado cidadão em Atenas?
- 2) Quais os direitos que a cidadania trazia a uma ateniense?
- 3) **experimentação** No texto de nossa Constituição, de 1988, é possível ler: